

OMC, baderna e paroquialismo dos EUA

WASHINGTON EXPLICITA AS DEFICIÊNCIAS DE SUA DIPLOMACIA COMERCIAL

*Marcelo de Paiva Abreu**

A autópsia do fracasso da reunião ministerial da OMC em Seattle enseja pelo menos duas perguntas. Por que teria fracassado tão espetacularmente a tentativa de lançar uma nova rodada de negociações multilaterais otimisticamente batizada de Rodada do Milênio? Quem teria ganho e quem teria perdido com o adiar do lançamento das negociações?

A identificação de um culpado principal para o desastre não é tarefa trivial. É da natureza humana ser mais forte na crítica do que na autocrítica. Veja-se, por exemplo, a lamentável declaração do ministro suíço, país notório por sua política agrícola ultraprotecionista, que teve o sangue frio de atribuir o fracasso de Seattle à intransigência do grupo de Cairns, que defende a liberalização agrícola e no qual está o Brasil. A União Européia, por sua intransigência quanto aos compromissos de liberalização agrícola compatíveis no longo prazo com a liberalização em outros setores, seria boa candidata a vilã. Mas pode-se dizer em sua defesa que tentou ampliar a agenda para incluir outros itens e tornar mais palatável internamente a liberalização agrícola.

O lugar de honra entre os inimigos do lançamento da rodada, no entanto, coube incontestavelmente aos EUA. A proposta de realização da reunião em Seattle deveria simbolizar o compromisso com o sucesso de uma nova rodada. O que se viu, porém, foi a agressiva mobilização política de inimigos da liberalização comercial, baseados em argumentos que não têm sustentação racional. Houve também a oportunista explicitação pelo presidente dos EUA do uso de sanções comerciais para assegurar o respeito às normas trabalhistas como resultado essencial das negociações. Isto alienou imediatamente o apoio dos países em desenvolvimento a qualquer proposta dos EUA. A sra. Barchefsky, por seu lado, mostrou-se mais eficaz em manifestações de truculência explícita, misturadas ao otimismo infundado quanto ao desfecho das negociações, do que na capacidade de construir consenso em torno da idéia de dar prosseguimento à liberalização multilateral. Para os latino-americanos, um corolário óbvio da posição dos EUA é pôr em questão qualquer avanço substantivo no âmbito da integração hemisférica, no qual o desequilíbrio de forças entre protagonistas é ainda mais notável do que na esfera multilateral.

Desde muito, os Estados Unidos vêm explorando politicamente na OMC, e com algum sucesso, a idéia de que é necessário aumentar a transparência da instituição, permitindo maior acesso às organizações não-governamentais. Esta ênfase parece questionável por pelos menos duas razões. A primeira é que as organizações não-governamentais têm ampla possibilidade de ação nos processos associados à economia política de proteção em âmbito estritamente nacional. Não parece razoável supor que o futuro das negociações

seja afetado favoravelmente se a rue de Lausanne, em frente da sede da OMC, for soterrada de esterco por agricultores europeus. Ou se o chienlit de Seattle se converter em norma de negociações internacionais. Poucas histórias são mais deploráveis do que o incidente em que um graduado embaixador brasileiro foi instado, em Seattle, por um manifestante a "go back to your fu...ing bank" ("Volte para o seu maldito banco") e, ao responder que não trabalhava em um banco, ouviu: "But you are wearing a suit!" ("Mas você está usando terno".) De qualquer forma, se for realmente importante discutir a relação entre democracia e política comercial, seria preferível começar a discussão pelos critérios de representatividade e de consulta adotados pela própria OMC com os seus "green rooms" e "friends of the chairman", nos quais podemos estar certos de que, orwellianamente, alguns animais serão sempre mais iguais do que outros.

Também é difícil avaliar precisamente quem ganhou e quem perdeu com o não lançamento da rodada, pois seria necessário precisar que cenário final prevaleceria - com que mistura de liberalização inequívoca e novos instrumentos potencialmente utilizáveis para aumentar a proteção. Se tivesse prevalecido algo próximo da redução do protecionismo agrícola, juntamente com algum disciplinamento da política antidumping dos EUA, e sem grandes avanços da harmonização de políticas relativas a normas trabalhistas e meio ambiente, o insucesso da rodada teria significado perda inequívoca para o Brasil. Mas o cenário que se desenhava como factível, mesmo sem a clintoniana ênfase nos direitos trabalhistas, não parecia favorável. As perspectivas de drástica redução do protecionismo agrícola eram, no mínimo, modestas.

Não há nenhuma dúvida de que as regras que regem o comércio internacional saíram desgastadas de Seattle. A OMC é uma instituição que, por sua própria natureza, tende a defender os interesses dos membros de menor poder de barganha ao tentar impor respeito a regras multilaterais, qualquer que seja a importância dos membros em litígio. Qualquer desenvolvimento que signifique a erosão da credibilidade da instituição afeta o império da lei no quadro da diplomacia comercial e, em especial, os países em desenvolvimento, de menor poder de barganha relativo.

Não é a primeira vez que injunções da política interna norte-americana têm implicações indesejáveis para o sistema multilateral de comércio e suas instituições. Em 1948, aprovou-se em Havana, até mesmo com o voto dos EUA, a carta da International Trade Organization, que acabou por nunca decolar por falta de ratificação do Congresso dos EUA. Apesar disso, o modesto arcabouço preexistente, o Gatt, permitiu que durante meio século progredisse a liberalização multilateral. Espera-se que, de novo, seja possível remendar o malfeito e recolocar em sintonia objetivos da política interna norte-americana com os objetivos da liberalização multilateral.

*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.